

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.953, DE 2020

Apensados: PL nº 2.722/2020 e PL nº 938/2021

Institui o Programa de Complementação Emergencial da Renda do Caminhoneiro e a suspensão das parcelas dos financiamentos de veículos para os Transportador Autônomo de Cargas - TAC durante o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

Autores: Deputados PERPÉTUA ALMEIDA e MARCON

Relatora: Deputada DULCE MIRANDA

I - RELATÓRIO

O PL nº 1.953, de 2020, propõe o programa de Complementação Emergencial da Renda do Caminhoneiro, Transportador Autônomo de Cargas – TAC, que consiste na concessão do valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, durante o período de 3 meses, para aqueles que preencherem os requisitos estabelecidos. A par desse programa, obriga os trabalhadores nas praças de pedágio a utilizar máscaras e utilizar álcool gel para higiene das mãos.

A justificativa do projeto se fundamenta na necessidade de repor parte da renda desta classe de trabalhadores, que foi duramente afetado pela pandemia de COVID-19.



Apensados encontram-se o PL nº 2.722, de 2020, e o PL nº 938, de 2021, por também proporem medidas econômicas compensatórias a esses trabalhadores como forma de mitigar os efeitos da pandemia, sob a mesma justificativa.

Trata-se de proposição sujeita à apreciação pelas comissões, despachado à Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF); à Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS); à **Comissão de Finanças e Tributação** (CFT), para análise do **mérito** e da adequação financeira e orçamentária; e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para análise dos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa.

Tramita em regime de prioridade (art. 151, II, do RICD).

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Dentro do que cabe esta Comissão de Seguridade Social e Família se manifestar, nos termos do inc. XVII, do art. 32, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, entendo que o projeto de lei ora em análise é bastante correto e atende às recomendações das autoridades sanitárias, uma vez que a higienização das mãos e o uso de máscaras ainda são medidas a serem observadas por todas as pessoas, inclusive as já vacinadas.

Cabe ainda observar que as medidas restritivas decorrentes da pandemia penalizaram muito diversas categorias profissionais, incluindo a do caminhoneiro transportador autônomo de cargas, que exerce um papel indispensável para transporte e distribuição de produtos, inclusive os utilizados nas ações de enfrentamento da COVID-19, razão pela qual foram incluídos nos grupos prioritários para vacinação.



Em consequência, julgo ser fundamental manter esse setor em pleno funcionamento durante a pandemia, seja pela vacinação, seja pela concessão de ajuda financeira a esses trabalhadores.

Face ao exposto, **voto pela APROVAÇÃO do PL nº 1.953, de 2020, e de todos os projetos apensados – PL nº 2.722/2020 e 938/2021 –, na forma do SUBSTITUTIVO anexo.**

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada DULCE MIRANDA
Relatora

2021-9487



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**SUBSTITUTIVO A PROJETO DE LEI Nº 1.953, DE 2020**

Apensados: PL nº 2.722/2020 e PL nº 938/2021

Institui o Programa de Complementação Emergencial da Renda do Caminhoneiro e a suspensão das parcelas dos financiamentos de veículos para o Transportador Autônomo de Cargas - TAC durante o enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Programa de Complementação Emergencial da Renda do Caminhoneiro e a suspensão das parcelas dos financiamentos de veículos para o Transportador Autônomo de Cargas - TAC durante o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências.

Art. 2º Durante o período de 3 (três) meses, a contar da publicação desta Lei, será concedido benefício de complementação de renda, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, ao Transportador Autônomo de Cargas – TAC, de acordo com a Lei nº 11.442, de 2007, que cumpra os seguintes requisitos:

I – Comprovar registro na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, exclusivamente na modalidade Transportador Autônomo de Cargas – TAC;



II – comprovar o exercício da atividade no ano de 2020.

Parágrafo único - O Poder Executivo regulamentará o benefício de que trata este artigo.

Art. 3º Para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da COVID-19, ao Transportador Autônomo de Cargas – TAC, pessoa física que tenha no transporte rodoviário de cargas a sua atividade profissional, definido pela Lei nº 11.442, de 2007, com cadastro no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas - RNTRC da ANTT, ficam suspensas, pelo prazo de 90 dias, prorrogáveis por igual período, as parcelas dos financiamentos concedidos de veículos registrados na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

§ 1º Ao Transportador Autônomo de Cargas – TAC, em conformidade com as circunstâncias e definição do caput deste artigo, ficam suspensas, pelo prazo de 90 dias, prorrogáveis por igual período, as parcelas dos financiamentos comprovadamente concedidos para aquisição de insumos para a manutenção e conservação do caminhão com foco na prestação de serviço de frete.

§ 2º Ao Transportador Autônomo de Cargas – TAC, em conformidade com as circunstâncias e definição do caput deste artigo, ficam suspensas, pelo prazo de 90 dias, as parcelas vincendas de qualquer empréstimo bancário.

§ 3º As parcelas suspensas constantes do caput e §§ 1º e 2º deste artigo serão incorporadas ao saldo de devedor e acrescidas ao final do contrato.

Art. 4º Fica obrigatório em todos os postos de cobrança de pedágio do Brasil, o uso de álcool em gel e máscaras de proteção pelos trabalhadores das empresas concessionárias, conforme as orientações das autoridades sanitárias competentes.



Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2022.

Deputada DULCE MIRANDA
Relatora

2021-9487

